



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
PROTOCOLO  
Nº 3222/16  
DATA: 11 / 07 / 16  
Ass: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**EXMA. SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA E DEMAIS EDIS**

O Vereador firmatário da presente vem mui respeitosamente solicitar a V. Exa, na forma Legal e Regimental em vigor,

**REQUERIMENTO Nº 180 /2016**

O vereador **GIDEÃO ENRIQUE SVENSSON**, brasileiro, 2º secretário da mesa diretora desta Casa de Leis, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica Municipal em seu art. 31, no Regimento Interno da Câmara de Serra em seu artigo 4º, 76, inciso III, combinado com o art. 96, alínea "I", vem perante Vossa Excelência, requerer informação referente a planilha da obra de execução e as medições efetuadas no CMEI "Paulo Martinho Gomes" do Bairro Residencial Centro de Serra, inaugurado no dia 30/06/16.

**Justificativa:**

Em fiscalização realizada no CMEI do Bairro Residencial Centro de Serra, foi encontrado diversas pendências, sendo constatado que a obra não foi devidamente concluída. Dentre elas, constata-se:

- 1 - Inexistência da instalação do sistema de bombeamento de água e relógio de medição da CESAN;
- 2 - Tubulação de água (PVC) vindo do terreno vizinho sobre o muro e as tubulações de águas pluviais em área de recreação das crianças estão instaladas com riscos de acidentes às crianças;
- 3 - Infiltração no teto e problemas no telhado;
- 4 - Falta das instalações de esquadrias de alumínio, sem acabamento em seu entorno, bem como as trancas de todas as janelas, inclusive com portas emperradas;
- 5 - Fiações expostas, sem estar pronto o quadro de distribuição de rede, com fios aparentes na área externa;
- 6 - Falta de portas em alguns boxes, e falta de pias, cubas e sifões em outros banheiros;
- 7 - Canaletas onde escorre a água na área do banho das crianças estão sem proteção podendo causar acidentes;
- 7 - Esquadrias arranhadas e pisos riscados.

Cumpre-nos informar que o prazo máximo para resposta do requerimento é de 30 (trinta) dias, conforme prevê os artigos 72 (...) inciso XVII e art. 95 (...) inciso XXIII na L.O.M – Lei Orgânica Municipal. (...)



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**XVII - responder requerimento, reclamação ou representação que lhe for dirigido no prazo máximo de 30 (trinta) dias;**

Inciso alterado pela emenda 18, de 14 de julho de 2010.

**XXIII - solicitar informações aos Secretários Municipais sobre matéria em tramitação ou sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara à requerimento de Vereador, independente de votação em Plenário, devendo o Secretário, conforme o caso, respondê-las num prazo máximo de 30 (trinta) dias.”**

Inciso alterado pela emenda 19, de 14 de novembro de 2011.

Inciso alterado pela emenda 18, de 14 de julho de 2010.

Inciso alterado pela Emenda nº 06 de 08 de setembro de 1997

**Também versa sobre a mesma matéria o Art. 1º da Lei 12.527/2011, que diz o seguinte:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

**Art. 5º** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**XXXIII** - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011).

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)



## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPIRITO SANTO

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

(...)

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

Também encontramos respaldo na Constituição Estadual, art. 32, § 4.º, inciso II, que aduz:

**Art. 32. (...)**

§ 4º - A Lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e as informações sobre atos de governo, observado o disposto nos incisos X e XXXIII, do art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil

Em que pese tratar de crimes de responsabilidade, o Art. 32 da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação), reproduz o seguinte:

**Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:**

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

(...)

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

(...)

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

(...)

§ 2º - Pelas condutas descritas no **caput**, poderá o militar ou **agente público** responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.

**Ainda o DECRETO LEI Nº 201/67 apregoa que:**

Rua Major Pissarra, 245 - CENTRO – SERRA - ES – CEP: 29.176-020 – TEL (27) 3251-8347  
E-mail: [vereadorgideao@camaraserra.es.gov.br](mailto:vereadorgideao@camaraserra.es.gov.br) / Site: [www.camaraserra.es.gov.br](http://www.camaraserra.es.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

(...)

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - Deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

(...)

**Art. 4º** - São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I - Impedir o funcionamento regular da Câmara;

(...)

III - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

Obsta nos informar que o parlamentar em questão faz parte da mesa diretora desta Casa Legislativa e gostaria de obter cópia do concernente processo para tomar conhecimento dos assuntos a ele relacionados.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 11 de julho de 2016.

  
**GIDEÃO SVENSSON  
VEREADOR – PR  
2º SECRETÁRIO**